

Mesa Redonda

*50 anos de historiografia da escravidão brasileira (1961-2011):
Balanços e perspectivas*

Coord. Hebe Mattos (UFF)
Sidney Chalhoub (Unicamp)
Rafael de Bivar Marquese (USP)

XXVI Simpósio Nacional de História
ANPUH – 50 anos

Auditório Fernand Braudel
Departamento de História – USP

São Paulo, 18 de julho de 2011

Temos nesta manhã uma possibilidade, rara, para realizarmos um debate substantivo sobre um campo no qual a historiografia brasileira demonstrou um de seus maiores dinamismos. Por conta da enorme riqueza demonstrada pelo campo desde, pelo menos, os anos 30 do século XX, há consideráveis dificuldades para se estabelecer um recorte adequado, que seja justo e honesto em relação à grande tradição de estudos sobre a escravidão brasileira surgida nesse meio século. Em vista do tempo que temos e o do objetivo de gerar debate, é necessário efetuar um recorte que seja minimamente eficaz. O propósito central da minha intervenção será o de demonstrar a atualidade da categoria *capitalismo* e de um tratamento estrutural para os estudos sobre a escravidão brasileira. Deixem-me, no entanto, explicar brevemente as razões desta escolha.

Quando recebi o convite para esta Mesa Redonda, eu estava iniciando a preparação de um texto para um seminário que ocorrerá em setembro próximo, em homenagem aos 100 anos de nascimento de Eric Williams. Os organizadores do evento na Universidade de Oxford me solicitaram um texto no qual eu procedesse a uma avaliação da recepção das teses de Williams no Brasil e das perspectivas que seu modelo analítico ainda abre para a compreensão da escravidão brasileira.

O texto que vou apresentar lá, que trata da economia cafeeira do Brasil no longo século XIX, não é o que vou apresentar aqui. De todo modo, o trabalho que desenvolvi nos últimos meses me ofereceu a saída para contribuir com o debate desta manhã. Não se trata, em realidade, de um trabalho deste semestre, mas sim de uma perspectiva que venho desenvolvendo desde a elaboração de meu doutorado, iniciado na segunda metade dos anos 1990, e que encontrou continuidade nas pesquisas coletivas em que me engajei na última década, desenvolvidas com colegas daqui e de outros países.

Enfim, é por meio das questões que o livro de Williams abriu para compreender as relações históricas entre capitalismo e escravidão que vou proceder a um balanço crítico da historiografia brasileira nos últimos cinquenta anos.

*

A publicação de *Capitalism & Slavery* foi contemporânea ao aparecimento de uma obra canônica para a compreensão do passado brasileiro. Com efeito, apenas dois anos antes da edição do livro de Eric Williams, veio a lume *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. Não obstante suas diferenças, ambos os livros apresentavam vários pontos em comum: a importância conferida às economias das regiões tropicais do Novo Mundo para a formação do capitalismo europeu, o peso decisivo da escravidão negra nelas, os impactos negativos da herança colonial escravista para as formações nacionais no Caribe e na América Latina. As convergências entre as perspectivas de Williams e Prado Jr podem ser aquilatadas pelo trabalho pioneiro de Alice P. Canabrava (também nascida há 100 anos!) sobre a indústria açucareira antilhana na primeira metade do século XVIII. Como sabemos, Canabrava foi uma das fundadoras da ANPUH, sua secretária geral por vários anos e, sobretudo, a criadora da *Revista Brasileira de História* no biênio de 1979-1981. Finalizada em 1945, sem tempo hábil, portanto, para tomar ciência de *Capitalism & Slavery*, a tese de Canabrava sobre o açúcar nas Antilhas se aproximava notavelmente das conclusões a que havia chegado Eric Williams, valendo-se para tanto do modelo analítico de Caio Prado Jr. e da prática de uma história econômica associada, naquele momento, à primeira geração da Escola dos *Annales*.

Não é surpreendente, assim, a recepção positiva que a obra de Williams encontrou nas ciências sociais brasileiras a partir de fins da década de 1950, impacto que se prolongou por duas décadas. *Capitalism & Slavery* foi relevante tanto para Celso Furtado como para o grupo de cientistas sociais da USP associados a Florestan Fernandes e Roger Bastide (1955), que dele se utilizaram para reavaliar e criticar teses consagradas sobre a democracia racial brasileira. A perspectiva analítica de Williams, enfim, casava-se bem com uma tradição que vinha ganhando corpo no Brasil e na América Latina em geral, e que logo desembocou na teoria da dependência. O melhor exemplo disto está na tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso: seu enquadramento para compreender o problema da transição da escravidão para o capitalismo na economia pecuarista do Rio Grande do Sul, um dos pontos de partida de suas posteriores investidas sobre o problema da dependência na América Latina, escorou-se inteiramente nos pressupostos do livro de Eric Williams.

Os trabalhos que mais se valeram do esquema interpretativo de Eric Williams, no entanto, foram elaborados por historiadores igualmente vinculados à USP. Dois deles tornaram-se matriciais para a historiografia brasileira, referências obrigatórias em seus respectivos domínios. O primeiro foi a tese de livre-docência de Emília Viotti da Costa, de 1964, tratando da crise da ordem escravista nas regiões cafeeiras do centro-sul do Brasil; o segundo foi a tese de doutorado de Fernando Novais, de 1973, que examinou a crise do colonialismo português na América na virada do século XVIII para o XIX.

Essas obras de historiadores e cientistas sociais da USP tornaram-se, na virada da década de 1960 para a de 1970, as referências básicas para os pesquisadores que lidaram com o passado escravista brasileira, seja no período colonial ou no período imperial. Seu impacto internacional não foi menos relevante: David Brion Davis e Eugene Genovese, por exemplo, muito se valeram das obras de alguns desses historiadores e cientistas sociais brasileiros para compreender de forma comparada o problema das diferenças e aproximações entre os sistemas escravistas americanos.

Mesmo os historiadores que procuraram, nos anos 1970, dar consistência teórica ao conceito de modo de produção escravista colonial, portanto sendo críticos do modelo de Eric Williams, não deixaram de reconhecer no seu trabalho (e nos que, a exemplo de Novais e Viotti, seguiram-no de perto) as marcas da referência fundadora. Tais foram os casos de Ciro Flamarion Santana Cardoso e Jacob Gorender. Ao elaborarem o conceito de MPEC, ambos estavam engajados no problema do debate sobre a formação do capitalismo no Brasil e na América Latina. Ademais, em que pese toda sua crítica a Caio Prado, Celso Furtado, teoria da dependência etc., Ciro Flamarion nunca negou a relevância das abordagens estruturais para a análise dos processos sociais escravistas. O conceito de MPEC, ao considerar o fato colonial como uma dimensão estrutural, reconhecia explicitamente o legado positivo das teses elaboradas a partir de Williams e Caio Prado.

Mas, podemos afirmar que foi com Ciro Flamarion, no final dos anos 1970, que começou um dos dois deslocamentos (o outro foi o da nova história social da escravidão) que em pouco tempo contribuiriam para praticamente sepultar o aporte que as perspectivas de Williams, Prado Jr, Celso Furtado e outros haviam trazido para a historiografia brasileira e, com elas, a validade da categoria capitalismo para conferir inteligibilidade à compreensão do nosso passado escravista.

O contexto casado da redemocratização política e do início da “década perdida” forneceu o chão para a percepção, entre os historiadores da escravidão, de que a agenda da década de 1960 era coisa do passado.

Nesse momento, os debates sobre o MPEC se esgotaram, os programas de pós-graduação de consolidaram, o ofício da história definitivamente se profissionalizou no Brasil e houve um movimento de *redescoberta* dos arquivos. Ademais, foram nos anos 1980 que se consolidaram as principais vertentes de estudo da escravidão brasileira que até hoje ditam a agenda de pesquisa no Brasil.

Quando todos esses processos estavam ocorrendo, alguns historiadores de peso da geração imediatamente anterior, que estavam fundando esta nova agenda de pesquisa e formando os novos historiadores, atacaram explicitamente a validade a herança de Williams *et. alli*, desautorizando-a de forma definitiva:

Ciro Flamarion (1988: 100): a concepção de Eric Williams sobre as relações entre capitalismo e escravidão, “*hegemônica e não contestada por muito tempo, serviu de origem e foi um dos esteios centrais, em nosso país, tanto no caso da ‘escola sociológica de São Paulo’ quanto, posteriormente, no dos escritos que desenvolveram a noção de Antigo Sistema Colonial. Hoje o Brasil talvez seja o seu último reduto: já muito desacreditada por sucessivos golpes assestados nos últimos vinte anos por muitas pesquisas, a teoria de Eric Williams, até 1987 pelo menos, continuava a ser afirmada em alguns trabalhos brasileiros sobre escravidão e abolição*”.

Problema: conferência de Bellagio em 1984, transformada em livro em 1987, contou com Engerman, Richardson, Eltis, Dunn, Drescher, Inikori, Brion Davis, Temperley, Craton, Gavin Wright, que discutiram seriamente a herança do trabalho de Williams. Engerman, inclusive, estava neste exato momento voltando para a primeira tese de Williams com Inikori.

Slenes (1986: 142), trabalho central para reconfigurar os debates sobre a crise da escravidão no Brasil, em diálogo direto com a obra de Emília Viotti da Costa. “*As causas das mudanças bruscas não são necessariamente imediatas ou conjunturais. No caso de uma história política dos anos 1878-1882, certamente será necessário recuar no tempo e examinar o impacto no comportamento dos grupos sociais de mudanças estruturais de médio e longo prazo. Contudo, a preocupação dessa história não será com o ‘capital comercial’, o ‘escravismo colonial’ ou o ‘capitalismo’ como conceitos abstratos, mas com as percepções, estratégias e lutas de atores sociais concretos, em lugares e condições específicas*”.

Um recado entendido e incorporado. Em 1993 (ano em que foi elaborado o Plano Real), saiu o *Arcaísmo como Projeto*, de João Fragoso e Manolo Florentino, que trazia o esforço altamente elogiável de dialogar diretamente com o presente, sobretudo com o problema estrutural da concentração de renda no Brasil, em um projeto intelectual audacioso diretamente derivado da agenda proposta por Ciro Flamarion e Maria Yedda Linhares em fins da década de 1970. Também em 1993, foi apresentado aqui, neste auditório, o texto programático de Silvia Lara, expressão de todo um conjunto de preocupações que vinha norteando um dos principais pólos acadêmico da nova historiografia da escravidão no Brasil desde o início dos anos 1980.

De agora em diante, passo a examinar como essas duas vertentes lidaram com o problema das relações entre capitalismo e escravidão.

*

Começo pelo texto de Silvia Lara, que sumariou, por ocasião de um seminário em homenagem a E.P. Thompson, a plataforma da História Social na vertente da Unicamp. Para fugir do beco sem saída dos debates sobre MPEC, optou-se por um mergulho em E. P. Thompson, que é a referência teórica básica para um notável esforço coletivo de pesquisa, que tanto ajudou a renovar a historiografia sobre a escravidão brasileira. A ênfase dos historiadores envolvidos neste projeto incidiu sobre a experiência dos agentes históricos submetidos às relações de dominação e de exploração, que não mais eram vistos como meros sujeitos passivos ou autômatos das estruturas econômicas, mas antes como sujeitos ativos na construção de seu devir.

Segundo Silvia Lara (1995: 45-6), E. P. Thompson, em seu artigo “A sociedade inglesa setecentista: luta de classes sem classes?”, de 1978, *“rejeita a utilização de termos demasiadamente genéricos e imprecisos (como ‘feudal’, ‘capitalista’ ou ‘patriarcal’) e, ao mesmo tempo, recupera a operacionalidade analítica do termo ‘paternalismo’ para o estudo da luta de classes na sociedade inglesa setecentista. (...) É exatamente aqui que encontramos a possibilidade de convergência entre as interpretações históricas de Thompson e a historiografia sobre a experiência negra no Brasil: tal como na Inglaterra, também aqui há historiadores que consideram os termos abstratos e generalizantes de pouca ajuda para a análise das especificidades históricas das relações entre senhores e escravos no Brasil”*.

Problema: não foi isso que Thompson escreveu. Vale citá-lo aqui: *“é queixa comum que os termos ‘feudal’, ‘capitalista’ ou ‘burguês’ sejam demasiado imprecisos para serem úteis numa análise séria, abrangendo fenômenos demasiado vastos e díspares. Entretanto, agora encontramos constantemente o emprego de novos termos, como ‘pré-industrial’, ‘tradicional’, ‘paternalismo’ e ‘modernização’, que parecem estar sujeitos praticamente às mesmas objeções, e cuja paternidade teórica é menos precisa. Talvez seja interessante observar que, enquanto o primeiro conjunto de termos chama a atenção para o conflito ou tensão dentro do processo social, o segundo parece cutucar-nos para que vejamos a sociedade em termos de uma ordem sociológica auto-reguladora. Com um cientificismo enganador, esses termos se apresentam como se não contivessem julgamentos de valor. Também possuem uma estranha falta de temporalidade. Desgosto particularmente de ‘pré-industrial’, uma tenda cujas pregas espaçosas acolhem lado a lado os fabricantes de roupas do Oeste da Inglaterra, os ouvires persas, os pastores guatemaltecos e os bandoleiros corsos. Entretanto, vamos deixá-los felizes em seus bazar, trocando os seus surpreendentes produtos culturais, e examinar mais de perto o ‘paternalismo’”* (Thompson 1998: 27-28). Segue-se uma análise contundente do paternalismo (cuja *“especificidade histórica [é] consideravelmente menor do que termos como feudalismo ou capitalismo”*, p.32) como mecanismo ideológico na sociedade inglesa do século XVIII.

Mais do que desconhecimento ou deslize de citação, o descompasso entre as duas passagens revela a natureza da apropriação do trabalho de Thompson no Brasil, em uma leitura que limou seu fundo historiográfico mais amplo, qual seja o do problema da formação do capitalismo na Inglaterra.

Ao cindir, nas análises históricas dos séculos XVIII-XIX, os processos de transformação social dos processos de produção do mundo material, muitos dos historiadores que se inspiraram em Thompson para examinar a escravidão brasileira acabaram recaindo no que Derek Sayer (1987: xi) denomina como “abstrações violentas”, que tanto dano fizeram ao materialismo histórico, isto é, uma forma de análise que “*violenta a história real – tanto a história que as pessoas fizeram no passado, como a história que eles podem tentar construir no presente.*” Nesse movimento, os historiadores brasileiros feriram o próprio fundamento ontológico de toda a perspectiva marxiana de E.P.Thompson – mas, também, de Maurice Dobb, de Rodney Hilton, de Christopher Hill, de Eric Hobsbawm. Os historiadores brasileiros, em resumo, retiraram Thompson do contexto político e historiográfico que deu origem à sua obra, a saber, o debate sobre a formação do capitalismo da Inglaterra – um procedimento bastante cruel, sem dúvida, em relação a um autor que considerava a história como a disciplina do contexto.

Quais as implicações desta escolha para a compreensão da “*história real*” (nos termos de Derek Sayer) do Brasil?

A força histórica fundadora do século XIX, do qual a escravidão brasileira não tem como ser dissociada, a saber, a consolidação da economia-mundo industrial sob a égide do capital britânico, desapareceu quase que completamente do horizonte analítico da história social e cultural da escravidão que por aqui se consolidou como hegemônica a partir da década de 1980. Com isso, muitos desses historiadores passaram a ignorar como os processos históricos mais amplos que produziram o Estado nacional brasileiro e balizaram sua inscrição na arena mundial se relacionaram com o chão escravista de nosso país.

Talvez o mais eloqüente do que acabo de afirmar, no entanto, tenha sido a conversão da categoria *experiência*, certamente uma das mais frouxas expressões da reflexão teórica – mas não da prática historiográfica – de Thompson, no conceito-chave do projeto intelectual da história social da escravidão brasileira. Como outros já ressaltaram (lembro William Sewell Jr. e Perry Anderson), a definição de experiência proposta por Thompson em *A Miséria da Teoria*, escorada em uma textura unitária, leva à negação das idéias da 1) pluralidade dos tempos históricos e 2) da estrutura – a *longue durée* – com uma dimensão constitutiva essencial desses tempos. Duas heranças da *Escola dos Annales* que os historiadores marxistas britânicos, a começar por Hobsbawm, sempre consideraram como uma conquista infável para o conhecimento histórico.

Para encerrar esse comentário, creio não ser arriscado afirmar que melhor teria sido se os historiadores sociais e da cultura tivessem se valido de outra definição do conceito de *experiência*, a que propõe Reinhart Koselleck com base justamente na revolução braudeliana. Explorar com cuidado essa conjectura, contudo, fica para outra ocasião.

Vejam, rapidamente, a segunda vertente. Trata-se dos trabalhos vinculados às hipóteses que foram originalmente avançadas no livro *Arcaísmo como Projeto*, de 1993. Em seus respectivos doutorados que deram início ao projeto conjunto, João Fragoso e Manolo Florentino dialogaram de modo explícito com toda a tradição historiográfica citada na primeira parte da minha comunicação. Esse notável esforço teórico rendeu – e continua a render – uma grande produção historiográfica com cobertura cada vez mais ampla sobre os diversos espaços da América portuguesa e, também, da África, e que muito ajudou a iluminar a dinâmica de funcionamento interno da economia colonial.

Para verificarmos como os autores enfrentam o problema que estou discutindo, vale citar – é a última vez que o faço hoje – como eles formulam sua hipótese central:

“A natureza arcaica da formação colonial impede que a economia possa ser apreendida por si mesma, isto é, sem levar em conta os aspectos não-econômicos que informavam seu funcionamento [nota: “Inspiramo-nos, portanto, em diversos trabalhos de Karl Polanyi, cujas idéias centrais podem ser aferidas em A Grande Transformação”]. Daí a hipótese que norteia toda a reflexão: a de que a reprodução do sistema econômico se imbricava organicamente na contínua reiteração de uma hierarquia social fortemente excludente. Não poderia ser de outro modo. Em se tratando de uma sociedade escravista, a produção não era auto-regulável, pressupondo a constituição pretérita das relações desiguais de poder – afinal, na escravidão, o produtor direto era cativo de outrem. O poder, expresso em uma hierarquia excludente e fundada na ordem privada, era, portanto, a condição sine qua non para a concretização do processo produtivo” (Fragoso & Florentino 2001: 19).

O que quero destacar é como a leitura que Fragoso e Florentino fazem de *A Grande Transformação* reifica a categoria “mercado auto-regulável”, dando por suposto sua existência real e concreta, quando todo o livro de Polanyi consiste em uma dura crítica à suposição de que essa coisa, o “mercado auto-regulável”, realmente existe para além de uma construção ideológica que procura moldar o mundo conforme uma imagem prévia do que *deve ser esse mundo*, e não do que ele é. O que Polanyi demonstra (e este é o fundo político de sua obra, o que a mantém atual, o que levou Joseph Stiglitz a prefaciá-la em edição de 2001, o que a conduziu novamente ao centro do debate corrente sobre regulamentação dos mercados financeiros globais) é que o dito “mercado auto-regulável” depende, a cada passo, da intervenção do Estado – ou seja, do *poder* – para que ele exista e se reproduza. E, em suas conseqüências deletérias para a sociedade, o funcionamento do dito “mercado auto-regulável” exige que as pessoas recorram ao Estado – novamente, ao *poder* – para se defender das disfunções que a cada passo ele produz.

Para além dessa leitura enviesada de Polanyi, também assoma no livro *O Arcaísmo como Projeto* e em todo o projeto historiográfico a ele associado o fato de seus autores não levarem em conta as críticas de Fernand Braudel ao modelo de Polanyi. Braudel aparece em rodapés de livros, artigos e teses dos pesquisadores que esposam o modelo de Fragoso, mas em momento algum o *conteúdo* da obra de Braudel é enfrentado. Lido com cuidado, *Civilização Material, Economia e Capitalismo* invalida, no meu entender, a construção teórica elaborada a partir de *Arcaísmo como Projeto*.

Basta voltarmos nosso foco para as análises recentes de João Fragoso sobre os séculos XVI-XVII. As formas de articulação social que ele apreende pela expressão “Antigo Regime nos Trópicos” não têm equivalência cabível com as que regiam o universo do Antigo Regime europeu. Essas formas demonstram, pelo contrário, que a colonização do Novo Mundo representou a via da “carreira aberta ao talento” por excelência. Não se trata de anacronismo: como Steve Stern (1992) bem argumentou para a experiência espanhola, de resto inteiramente válida para a experiência portuguesa, a “utopia da preeminência social” foi um dos motores básicos a mover a atuação dos conquistadores ibéricos nos séculos XVI e XVII. Na sua própria lógica de funcionamento, essa utopia dissolveu constantemente os esforços para recriar, nas Américas, formas de estratificação política e social importadas do Velho Mundo, algo que, para a América portuguesa, Sérgio Buarque há muito chamara a atenção.

Chegamos ao ponto crucial do Braudel do segundo volume da *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Pelo que se lê em suas páginas, o capitalismo penetrou no campo *primeiro* no Novo Mundo, e somente mais tarde na Europa. Isto não significa que as sociedades coloniais americanas foram desde sempre “capitalistas”: significa, antes, que sua inscrição nas redes de expansão das fronteiras da mercadoria da economia-mundo capitalista produziu algo *novo*, que rompeu com o que vigorava no Antigo Regime europeu.

(Vemos, assim, o problema de se estender as *constatações* da micro-história italiana sobre o campo italiano moderno ao mundo colonial: ao invés de se inspirar no método, historiadores brasileiros da escravidão estão se inspirando em conceitos que foram concebidos para dar conta de uma realidade bastante distinta da economia agrária altamente mercantilizada do Novo Mundo.)

Daqui, também, deriva um problema contido na perspectiva de História Atlântica que surge no rastro de *Arcaísmo como Projeto*: o “mercado atlântico” que aparece em vários dos textos vinculados a tal perspectiva equivale tão somente ao eixo África-Brasil (que eventualmente pode incorporar Goa). Não há, nesses textos, sequer uma palavra sobre a competição entre diferentes unidades imperiais no espaço atlântico, ou, melhor dizendo, na arena da economia-mundo, a despeito das assertivas de que a perspectiva de análise “imperial” por eles apresentada constitui novidade. De acordo com a minha leitura, trata-se da velha história nacional sob nova roupagem e, o que é pior, da incorporação acrítica de certa historiografia sobre o império português que é incapaz de inscrevê-lo a contento no quadro das relações de forças mundiais da era moderna, retrocedendo, assim, em relação aos próprios historiadores que tomam por matriz, como Charles Boxer e V. M. Godinho.

Em duas palavras, o que se apresenta como novidade historiográfica corre o risco de ser vinho velho em garrafas novas: o Brasil dos séculos XVI-XIX seria arcaico por não ter o trabalho assalariado como a norma e por não ter seguido o caminho da industrialização na virada do século XVIII para o XIX. O capitalismo industrial fundado no trabalho assalariado, portanto, permanece como o *telos* da História, tal como havia sido conceituado nas obras de Celso Furtado e Fernando Novais.

Como tentei demonstrar, o sumiço de Williams e tudo o que representava a historiografia brasileira construída nas décadas de 1950-1960 em direto diálogo com sua obra levou a um descaso profundo com o capitalismo e o enquadramento mundial da escravidão brasileira. Para sairmos dos becos teóricos assinalados, devemos abandonar as definições de capitalismo que predominaram nas ciências sociais brasileiras até a década de 1970, que estiveram na base de Williams e que informaram tanto com o trabalho de Novais como o trabalho mais recente de Fragoso. Essas definições estão baseadas na compreensão unívoca que equivale capitalismo à *forma do trabalho assalariado livre* e a *experiências nacionais singulares*, tomando a trajetória da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos como modelo para compreensão do processo histórico.

Preciso ser claro: não estou defendendo aqui o retorno ao conceito de ASC. Em que pese recentes esforços individuais e coletivos para manter sua validade, os resultados desses esforços indicam que as potencialidades heurísticas do conceito encontram-se definitivamente esgotadas.

O aspecto decisivo é o de levar em conta a *flexibilidade e alternância como elementos estruturais do capitalismo histórico*. Seu elemento definidor não deve ser o trabalho assalariado empregado na grande indústria mecanizada, mas sim o capital líquido e móvel, que se desloca de uma aplicação a outra conforme as oportunidades de ganho, em uma busca incessante da acumulação pela acumulação. Trata-se, noutros termos, da perspectiva desenhada por Fernand Braudel em 1979 e largamente desenvolvida por Immanuel Wallerstein, Terence Hopkins e Giovanni Arrighi, todos muito mal lidos (quando o foram) pela historiografia sobre a escravidão brasileira.

Isso vale, em especial, para Braudel. Talvez em razão de sua má fortuna com a voga da história cultural, *Civilização Material, Economia e Capitalismo* parece ter passado ao largo das discussões sobre a escravidão brasileira nas décadas de 1980-1990, não sem prejuízo para o conhecimento do nosso passado escravista. O modelo do último Braudel, lembro uma vez mais, demonstra as fraquezas tanto do conceito de ASC como as formulações do *Arcaísmo como Projeto*. Braudel poderia deixar de ser apenas o nome deste auditório e voltar às nossas escrivatinhas. Com essa operação, talvez nos seja mais fácil evitar o risco de empregarmos a categoria *capitalismo* como uma “totalidade supra-histórica” (a expressão é de Tulio Halperín-Donghi 1982: 121), como o fez a teoria da dependência e o fazem aqueles que operam no esquema do *Arcaísmo*. Deixando de apreendê-lo como uma “totalidade supra-histórica”, pode-se aquilatar como a constelação das forças capitalistas mundiais nos séculos XVI-XVII, por exemplo, foram distintas das que vigoraram no século XIX.

Compreender o capitalismo a partir de sua *flexibilidade e alternância*, enfim, pode ser uma ótima chave para compreender a dinâmica histórica da escravidão brasileira.

Neste sentido, podemos lembrar outras alternativas conceituais que estão sendo desenhadas neste momento em pesquisas e trabalhos já publicados que tratam de diversas esferas da escravidão moderna no espaço atlântico. A título de exemplo, cito cinco delas:

- 1) *World-Ecology*, proposta por Jason W. Moore; vertente de História Ambiental que quebra com divisões correntes nos anos 1980-1990 entre história social, cultura, econômica, recolocando, em outro patamar, projeto de História Total.
- 2) Espectros do Atlântico e o capital financeiro (Ian Baucom).
- 3) David Graeber (2006): unicidade estrutural entre capitalismo & escravidão no que se refere à separação entre espaço de trabalho (empresa / América) – espaço de produção do trabalhador (família / África): processos mediados pelo *mercado*, isto é, pela *mercantilização essencial do trabalho* (não podemos nos esquecer, conforme escreveu Maria Sylvia de Carvalho Franco nos anos 1970, Stuart Schwartz e Russel Menard nos anos 1990, e Luiz Felipe de Alencastro em *O Trato dos Viventes*, que o tráfico transatlântico de escravos constituiu, já no século XVI, o *primeiro mercado global de trabalho*).
- 4) Gavin Wright: a mobilidade como característica essencial da escravidão.
- 5) J. Miller: os processos globais de escravização e a novidade do século XVII.

Enfim, pretendi destacar neste balanço a necessidade de recuperarmos a poderosa herança intelectual que foi colocada de escanteio pela renovação historiográfica das décadas de 1980-1990, e que teve no problema da formação do *capitalismo* o cerne de suas preocupações. A agenda daquele período continuará a produzir conhecimento empírico novo (em grande parte pela própria lógica do nosso sistema de pós-graduação nos dias correntes), mas não necessariamente conhecimento histórico *inovador*, que exige, sempre, a elaboração de grandes questões e modelos consistentes para formulá-las.

Essas observações não têm caráter excludente; elas não pretendem fazer terra arrasada das numerosas e valiosas contribuições apresentadas pela agenda das décadas de 1980-1990 – um procedimento criticável daquela época, quando muitos dos então jovens historiadores fizeram terra arrasada das contribuições da geração anterior. As minhas observações procuraram tão somente salientar meu receio de que, se não recolocarmos no cerne de nossas preocupações os processos materiais de longa duração que se desenrolaram na arena global, correremos o risco de ficarmos presos na fragmentação, na incapacidade de produzir quadros analíticos de conjunto e, sobretudo, de dialogar de modo substantivo com o presente.